



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Enviado ao I.P.E.
Reordenar que o
sujeito do IPE
esteja a se reorde-
nar. A decisão
não é reversível
com a orientação
de manter.
(31.10) Gw.

Comissão de trabalhadores da Sociedade de Reparação
de Navios

2 de Outubro de 1979

Entrevista com Graça Vasconcelos



Compareceram: Eduardo Gomes, comissão de trabalhadores
Jaime Barbosa, delegado sindical
Zózimo Amado, comissão intersindical
Eduardo Valentim, comissão de trabalhadores

A Sociedade de Reparação de Navios, participada desde Dez. de 1978, teve agora a sua situação alterada pelo Despacho Normativo 169/79.

Não figura na lista das empresas que continuam dentro do âmbito do I.P.E.

Os trabalhadores não vêm razão para isto visto que a empresa é 100% participada enquanto que outras empresas como a Lisnave, com menor participação, fazem parte dessa lista.

Sendo devolvida aos anteriores titulares a empresa corre o risco de ser vendida o que, pensam, seria muito negativo.

Alegam que têm todas as condições para que a participação seja mantida:

- A empresa é quase autónoma e com pequenos meios poderá bastar-se a si própria.

.../...



3



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Ministério da Saúde

2.

- Não obriga o Estado a grandes investimentos
 - Tem havido diálogo construtivo entre os trabalhadores
 e a Gerência

Nota: A SUSA tinha uma dívida, para com a S.R. de Navios, de
 127 milhões de contos. Essa dívida já teve uma redução de
 20 milhões e foi paga, diretamente à Banca, mas durante
 de 42 milhões. Ficou acordado que o remanescente será pa-
 go em parcelas mensais de 7.500 contos.

Com isto a empresa ficará completamente equilibrada.

Fundação Cuidar o Futuro

Os trabalhadores pensam que ainda seja possível atingir a
 decisão tomada uma vez que ainda não houve transferência de
 recursos. Esperam que não seja um facto consumado.

Além disso, também, que uma decisão tomada com a vontade
 expressa dos trabalhadores poderá por um período a unidade e
 coesão e provocar conflitos sociais - o que não tem aconteci-
 do até agora.

Investigaram documentação referente ao problema.

Nota: Tanto o Decreto-Lei 412/79 de 8 de Outubro que, por ai-
 luar algumas disposições relativas ao IRE, se pode re-
 facionar com este problema

#####